

MOÇÃO

Por uma resposta mais vigorosa à falta de habitação digna

De acordo com os últimos dados da Domus Social, Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, foram 25 os pedidos de habitação com origem nesta união de freguesias, apenas entre Janeiro e Junho de 2020. Juntam-se assim aos mais de 1.000 pedidos já existentes a aguardar atribuição de habitação de renda apoiada.

Não sendo a totalidade dos casos de grave carência habitacional, já que são muito restritivos os critérios de aceitação dos pedidos de alojamento social, os números conhecidos ilustram contudo a situação dramática que afeta mais de três mil famílias sem habitação decente no Porto.

É certo que no âmbito do “1º Direito”, um dos mais importantes programas de resposta habitacional das últimas décadas, criado por iniciativa parlamentar, foi já assinado pelo Município do Porto um protocolo com o IHRU para obtenção de financiamento em condições muito favoráveis, com vista ao realojamento de 1.740 famílias até 2025. E é sabido que no concelho do Porto residem quase 29.000 moradores em 13.000 habitações municipais, um número significativamente mais elevado que no conjunto do país. Mas é também conhecida a intenção do município de privilegiar a resposta habitacional no formato de rendas acessíveis (20% abaixo da mediana da renda no mercado) e apenas construir 200 fogos sociais nos próximos 5 anos, número claramente exíguo para responder a quem não tem habitação digna.

Cidades europeias como Amesterdão, Roterdão ou Viena não têm qualquer relutância em ter mais de 40% de alojamentos sociais no conjunto do parque habitacional. Haia e Manchester têm mais de 30% de habitação social e Paris tem como meta alcançar 30% de alojamentos de iniciativa pública até 2030. Ao contrário da ideia difundida no nosso país de que a habitação social é só para os mais pobres e não deve ter qualidade, aquelas cidades assumiram (e bem) que a habitação social é a que tem rendas abaixo do arrendamento privado e é atribuída fora das regras do mercado.

Assim, tendo em conta o agravamento da situação habitacional decorrente da pandemia, a Assembleia da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, reunida em sessão ordinária em 29 de dezembro de 2020, delibera:

- **Reclamar da Câmara Municipal uma resposta mais vigorosa à falta de habitação digna, lançando de imediato a construção de fogos municipais que, através de renda apoiada, garantam o acesso da população mais carenciada a este direito essencial.**

O Representante do Bloco de Esquerda, *Pedro Lourenço*